



**Boletim nº 215 - 21/8/2019**

**Diretoria Executiva de Gestão da Informação Documental - DIRGED**

**Este boletim consiste na seleção periódica de julgados do Órgão Especial, da Seção Cível, das Câmaras Cíveis e Criminais do TJMG. Apresenta também decisões e súmulas provenientes dos Tribunais Superiores.**

**As decisões tornam-se oficiais somente após a publicação no *Diário do Judiciário*. Portanto, este boletim tem caráter informativo.**

## SUMÁRIO

### Órgão Especial do TJMG

Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei que dispõe sobre descarte de medicamento vencido - Constitucionalidade

Ação Direta de Inconstitucionalidade - Regularização fundiária - Incorporação de bens objeto de doação com encargo ao patrimônio público municipal - Competência privativa do chefe do Poder Executivo - Procedência do pedido

### Câmaras Cíveis do TJMG

Auto de infração lavrado pela PMMG - Ilegitimidade passiva do Estado

Débito tributário - Impossibilidade de recusa da reativação da inscrição estadual

Regularização de loteamento - Denúnciação da lide - Inadmissibilidade

Agravo de Instrumento - Competência - Matéria não prevista no rol do art. 1.015 do CPC - Taxatividade mitigada - Código de defesa do Consumidor - Cláusula de eleição do Foro - Nulidade - Réus com domicílios diversos

Ação de execução - Devedores solidários - Recuperação judicial do devedor principal - Suspensão - Não cabimento

Ação de indenização - Plano de Saúde - Entidade de autogestão - Ônus da prova - Código de Defesa do Consumidor - Não incidência

Ação de indenização - Corpo estranho em garrafa de refrigerante - Comerciante - Consumidor - Equiparação - Ônus da prova

### Câmaras Criminais do TJMG



Confissão espontânea - Reincidência - Compensação

Imputação de abuso de autoridade - Instauração de procedimento correicional - Prova testemunhal

Violência contra criança - Crime de maus tratos - Tortura - Distinção - Desclassificação - Impossibilidade

Crimes - Ameaça - Resistência - Prova testemunhal - Palavra do Policial Militar - Validade - Embriaguez voluntária - Condenação

## **Supremo Tribunal Federal**

### **Plenário**

Recolhimento compulsório de crianças e direito de ir e vir

Art. 19 do ADCT e fundação pública de natureza privada

## **Superior Tribunal de Justiça**

### **Recursos Repetitivos**

#### **Primeira Seção**

Mandado de Segurança - Anistia política - Correção monetária - Juros moratórios - Cabimento - Consectários legais - Alinhamento ao novo entendimento do STF

Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Base de cálculo. Inclusão do crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Possibilidade

## **EMENTAS**

### **Órgão Especial do TJMG**

#### **Processo civil - Direito Constitucional - Ação Direta de Inconstitucionalidade**

Ação Direta de Inconstitucionalidade - Lei que dispõe sobre descarte de medicamento vencido - Constitucionalidade

Ementa: Ação direta de inconstitucionalidade. Preliminar de não conhecimento.



Ofensa a normas de observância obrigatória pela Constituição Estadual. Cabimento de ADI perante este TJMG. Rejeição. Lei municipal que dispõe sobre o descarte de medicamentos vencidos. Constitucionalidade.

- Nos termos do art. 125, § 2º da Constituição Federal, é da competência do Tribunal de Justiça do Estado o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal por ofensa a norma da Constituição Estadual que faz referência a dispositivo da Carta Federal.

- A lei de iniciativa do Poder Legislativo que dispõe sobre descarte de medicamentos vencidos no Município de Contagem não apresenta ofensa à regra da separação dos Poderes, bem como não interfere nas despesas municipais, até porque versa sobre meras exigências para descarte adequado de medicamentos vencidos ou não utilizados, objetivando a segurança dos cidadãos e proteção ao meio ambiente, não se verificando ainda aumento de despesa e/ou interferência em matéria estritamente administrativa. (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº [1.0000.18.014161-6/000](#), Rel. Des. Wanderley Paiva, Órgão Especial, j. em 26/7/2019, p. em 2/8/2019).

#### **Processo cível - Direito Constitucional - Regularização fundiária - Vício de iniciativa**

[Ação Direta de Inconstitucionalidade - Regularização fundiária - Incorporação de bens objeto de doação com encargo ao patrimônio público municipal - Competência privativa do chefe do Poder Executivo - Procedência do pedido](#)

Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. Lei nº 2.587/2018 do Município de Nova Serrana. Regularização fundiária, após a reincorporação ao patrimônio público municipal, de bens que houveram sido objeto de doação condicional. Questão tipicamente administrativa. Iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo. Vício de iniciativa. Art. 90, inciso XIV, e 165, § 1º, ambos da Constituição do Estado de Minas Gerais. Violação. Inconstitucionalidade. Procedência da ação.

- Deve ser declarada a inconstitucionalidade da Lei nº 2.587/2018 do Município de Nova Serrana, tendo em vista que a iniciativa de tal lei foi de membro do Poder Legislativo Municipal, sendo certo que esta norma trata de matéria referente à regularização fundiária, após a reincorporação ao patrimônio público municipal, de bens que houveram sido objeto de doação condicional, e mediante alienação a título gratuito de bens públicos a pessoas carentes, cuja iniciativa, por envolver questão tipicamente administrativa, é privativa do Chefe do Poder Executivo. (TJMG - Ação Direta de Inconstitucionalidade nº [1.0000.18.114365-2/000](#), Rel. Des. Moreira Diniz, Órgão Especial, j. em 2/8/2019, p. em 6/8/2019).

#### **Câmaras Cíveis do TJMG**

[Direito Administrativo - Direito Ambiental - Direito Processual Civil](#)



#### Auto de infração lavrado pela PMMG - Ilegitimidade passiva do Estado

Ementa: Apelação cível. Direito administrativo. Ação anulatória. Multa ambiental. Auto de infração lavrado pela PMMG. Ilegitimidade passiva do Estado de Minas Gerais. Reconhecimento.

- O Estado de Minas Gerais não tem legitimidade para responder em juízo as ações propostas em decorrência de aplicação de multa ambiental quando a fiscalização for empreendida pela Polícia Militar do Estado de Minas Gerais por delegação, o que encontra respaldo no Decreto Estadual nº 47.383/2018.

- Além do mais, o IEF, FEAM e o IGAM possuem personalidade jurídica própria, distinta do Estado, cabendo a eles responder em juízo pelas suas atuações.

- Acolhida a preliminar para extinguir o processo sem julgamento de mérito, por ilegitimidade passiva. (TJMG - Apelação Cível nº [1.0000.19.041600-8/001](#), Relator: Des. Judimar Biber, 3ª Câmara Cível, j. em 8/8/2019, p. em 9/8/2019).

#### Direito Tributário - Mandado de Segurança - Princípio do Livre Exercício da Atividade Econômica

##### Débito tributário - Impossibilidade de recusa da reativação da inscrição estadual

Ementa: Remessa necessária. Mandado de segurança. Reativação da inscrição cadastral com a consequente regularização da emissão de notas fiscais. Recusa pela Fazenda Pública. Alegação de existência de débito tributário. Descabimento. Violação ao princípio do livre exercício de atividade econômica. Direito líquido e certo comprovado. Segurança concedida. Alteração da causa de pedir e extensão do pedido. Descabimento. Sentença confirmada.

- Constitui forma indireta de cobrança de tributos e viola o princípio constitucional do livre exercício de atividade econômica a negativa de reativação da inscrição cadastral da empresa impetrante e, por conseguinte, da regularização da sua emissão de notas fiscais, sob o argumento de existência de débitos tributários.

- Incabível a pretensão de se alterar a causa de pedir e proceder à extensão do pedido, haja vista que, por se tratar de mandado de segurança, cuja prova deve ser produzida de plano, quando da sua impetração, diante da inconcebível dilação probatória, tal se torna absolutamente incabível na espécie. (TJMG - Remessa Necessária nº [1.0000.19.061922-1/001](#), Rel. Des. Maurício Soares, 3ª Câmara Cível, j. em 8/8/2019, p. em 9/8/2019).

#### Direito Processual Civil - Ação Civil Pública - Tutela do meio ambiente

##### Regularização de loteamento - Denúncia da lide - Inadmissibilidade

Ementa: Agravo de instrumento. Ação civil pública. Regularização de loteamento clandestino. Denúncia da lide. Terceiro. Pedido indeferido. Hipótese que não se



amolda à previsão legal. Desprovemento do recurso.

- Em se tratando de ação civil pública, na qual se objetiva a tutela do meio ambiente e regularização de loteamento, exsurge incabível a admissão de denunciação da lide ao terceiro, inaugurando, assim, lide paralela, em prejuízo aos princípios da celeridade e efetividade do processo.

- Recurso não provido. (TJMG - Agravo de Instrumento nº [1.0349.12.001049-2/001](#), Rel. Des. Carlos Levenhagen, 5ª Câmara Cível, j. em 8/8/2019, p. em 13/8/2019).

### **Processo Cível - Agravo de Instrumento - Rol do art. 1.015 do CPC - Eleição de Foro**

[Agravo de Instrumento - Competência - Matéria não prevista no rol do art. 1.015 do CPC - Taxatividade mitigada - Código de defesa do Consumidor - Cláusula de eleição do Foro - Nulidade - Réus com domicílios diversos](#)

Ementa: Processual civil. Competência. Agravo de instrumento. Rol do art. 1.015 do CPC. Taxatividade mitigada. Cabimento. Relação de consumo. Eleição do foro. Abusividade. Litisconsortes passivos com domicílios diversos. Escolha pelo autor.

- Deve ser declarada abusiva a cláusula de eleição do foro que imponha dificuldade ao consumidor para se defender em juízo.

- Quando os litisconsortes passivos possuem domicílios diversos, podem ser demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor (art. 46, § 4º, do Código de Processo Civil). (TJMG - Agravo de Instrumento Cível nº [1.0000.18.005051-0/001](#), Rel. Des. Luiz Carlos Gomes da Mata, 13ª Câmara Cível, j. em 8/8/2019, p. em 9/8/2019).

### **Processo Cível - Execução de título extrajudicial - Recuperação judicial**

[Ação de execução - Devedores solidários - Recuperação judicial do devedor principal - Suspensão - Não cabimento](#)

Ementa: Agravo de instrumento. Ação de execução. Deferimento da recuperação judicial da empresa devedora. Suspensão da execução. Devedor solidário. Impossibilidade. Súmula 581 do STJ.

- Nos termos do enunciado da Súmula 581 do STJ, "A recuperação judicial do devedor principal não impede o prosseguimento das ações e execuções ajuizadas contra terceiros devedores solidários ou coobrigados em geral, por garantia cambial, real ou fidejussória".

- Figurando um dos executados/agravados como devedor solidário na Cédula de Crédito Bancário, a ação de execução desse título executivo extrajudicial deve prosseguir em relação a ele. (TJMG - Agravo de Instrumento Cível nº [1.0000.18.115805-6/001](#), Rel.ª Des.ª Aparecida Grossi, 17ª Câmara Cível, j. em 1º/8/2019, p. em 2/8/2019).



### Processo Cível - Direito civil - Indenização - Plano de Saúde

Ação de indenização - Plano de Saúde - Entidade de autogestão - Ônus da prova - Código de Defesa do Consumidor - Não incidência

Ementa: Apelação cível. Ação de indenização. Plano de saúde. Entidade de autogestão. Não incidência do CDC. Procedimento cirúrgico. Ressarcimento dos valores gastos. Caráter de urgência não demonstrado. Fato constitutivo. Ônus da parte autora. Improcedência do pedido.

- Segundo o entendimento do STJ, o CDC é inaplicável aos planos constituídos na modalidade de autogestão, ante a inexistência de relação de consumo no caso (REsp 1285483/PB).

- Nos termos do que dispõe a norma do art. 373, I, do CPC é ônus de quem alega comprovar os fatos constitutivos de seu direito. Não tendo a autora demonstrado concretamente o fato constitutivo, é de se manter a sentença de improcedência. (TJMG - Apelação Cível nº [1.0702.14.037677-4/001](#), Rel. Des. José Augusto Lourenço dos Santos, 12ª Câmara Cível, j. em 7/8/2019, p. em 12/8/2019).

### Processo Cível - Direito civil - Indenização - Código de Defesa do Consumidor

Ação de indenização - Corpo estranho em garrafa de refrigerante - Comerciante - Consumidor - Equiparação - Ônus da prova

Ementa: Apelação cível. Ação de indenização. Corpo estranho no interior da garrafa de refrigerante. Comprovação. Consumidor por equiparação. Configuração. Encaminhamento de produto à vigilância sanitária. Possibilidade. Danos morais configurados. *Quantum* indenizatório. Observância dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Dano material. Apenas o que restou comprovado.

- O autor comerciante, no caso dos autos, que adquire produto com intuito de revendê-lo, amolda-se ao conceito de consumidor por equiparação, nos termos do art. 29 do CDC.

- A disponibilização de produto impróprio para consumo, em razão da presença de corpo estranho no seu interior, afeta a segurança que rege a relação de consumo, mesmo sem a sua ingestão, haja vista que expõe o consumidor a risco de lesão a sua saúde e segurança, sendo, portanto, passível de compensação por danos morais.

- Não há parâmetros legais versando sobre a determinação do valor da indenização por dano moral, cabendo ao julgador, tendo sempre em mente os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, fixá-lo sob seu prudente arbítrio, evitando que ele propicie o enriquecimento imotivado do receptor, bem como não seja irrisório a ponto de se afastar do caráter pedagógico inerente à medida.



- Os danos materiais, para dar ensejo à indenização, devem ser efetivamente comprovados, não se podendo imputar à parte o pagamento de indenização além do que restou cabalmente demonstrado no curso do processo (TJMG - Apelação Cível nº [1.0479.16.004261-6/001](#), Rel. Des. Luciano Pinto, 17ª Câmara Cível, j. em 1º/8/2019, p. em 9/8/2019).

## **Câmaras Criminais do TJMG**

### **Direito Processual Penal - Direito Penal - Tráfico ilícito de drogas**

#### **Confissão espontânea - Reincidência - Compensação**

Ementa: Apelação criminal. Crime de tráfico ilícito de drogas. Redução da pena-base. Inviabilidade. Exorbitante quantidade de drogas apreendidas. Art. 42 da Lei 11.343/06. Atenuante da confissão espontânea. Incidência. Compensação com a agravante da reincidência. Possibilidade.

- Sendo exorbitante a quantidade de drogas apreendidas, mostra-se correto o aumento da pena-base, com fundamento no art. 42 da Lei 11.343/2006.

- Na toada da evolução jurisprudencial, é de se considerar que a atenuante da confissão espontânea e a agravante da reincidência possuem pesos equivalentes, devendo, pois, ser compensadas, com exceção dos casos em que o agente é multireincidente, em que não é possível haver a exata compensação sem que reste um saldo a ser acrescentado à pena-base. (TJMG - Apelação Criminal nº [1.0145.18.000752-1/001](#), Rel. Des. Paulo Calmon Nogueira da Gama, 7ª Câmara Criminal, j. em 7/8/2019, p. em 14/8/2019).

### **Direito Processual Penal - Direito Penal - Denúncia caluniosa**

#### **Imputação de abuso de autoridade - Instauração de procedimento correicional - Prova testemunhal**

Ementa: Apelação criminal. Denúncia caluniosa. Procedimento correicional contra policial civil. Prova testemunhal coerente. Suficiência.

- O testemunho coeso demonstrando a inocorrência do abuso de autoridade imputado a policial por preso em flagrante autoriza o juízo positivo de tipicidade relativamente à imputação de denúncia caluniosa pelo réu. (TJMG - Apelação Criminal nº [1.0428.11.001314-4/001](#), Rel. Des. Agostinho Gomes de Azevedo, 7ª Câmara Criminal, j. em 7/8/2019, p. em 14/8/2019).

### **Processo Criminal - Direito penal - Crime de maus tratos**

#### **Violência contra criança - Crime de maus tratos - Tortura - Distinção - Desclassificação - Impossibilidade**



Ementa: Apelação criminal. Crime de tortura. Desclassificação para o delito de maus tratos. Condenação mantida.

- Demonstradas nos autos pelas provas suficientes a materialidade e a autoria delitivas, incorrendo os acusados na norma incriminadora do art. art. 136 do CP, pela exposição a perigo da vida ou da saúde de pessoa sob sua autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado, quer abusando dos meios de correção ou disciplina, sem a demonstração de qualquer justificativa ou excludente, impõe-se a aplicação do preceito penal secundário com a condenação imputada. (TJMG - Apelação Criminal nº [1.0051.15.002477-9/001](#), Rel. Des. Fernando Caldeira Brant, 4ª Câmara Criminal, j. em 31/7/2019, p. em 7/8/2019).

#### **Processo Criminal - Direito Penal - Crimes - Ameaça - Resistência - Dano**

**Crimes - Ameaça - Resistência - Prova testemunhal - Palavra do Policial Militar - Validade - Embriaguez voluntária - Condenação**

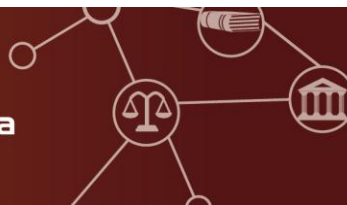
Ementa: Penal. Crimes de ameaça, resistência e dano. Preliminar. Nulidade da sentença por falta de fundamentação. Rejeição. Mérito. Matéria fático-probatória. Autoria comprovada. Validade do testemunho policial. Embriaguez voluntária. Absolvição. Impossibilidade. Condenação mantida.

- Se a sentença fundamenta a condenação se escudando em provas judiciais delineadoras da autoria, resta afastada, indiretamente, a tese de fragilidade probatória e todos os elementos que a compõem. O Julgador não está obrigado a responder a todos os argumentos invocados pelas partes; portanto, se a decisão contém suficientes fundamentos fáticos e jurídicos para justificar a conclusão adotada, a decisão está completa, ainda que diversos os motivos acolhidos, donde não há que se falar em nulidade por omissão na análise de tese defensiva.

- A palavra do policial militar responsável pelo flagrante, testemunhando, de forma segura e coerente, a ameaça e a resistência à prisão, bem como a deterioração parcial de bem público (viatura policial) pelo agente, constitui prova suficiente para a condenação.

- Os policiais não só não estão impedidos de depor, como os seus depoimentos têm o mesmo valor probante atribuído às pessoas não pertencentes aos quadros da polícia. O testemunho policial é suficiente como meio de prova, não tendo sua credibilidade reduzida em razão desta condição, especialmente quando corroborado por outros elementos de prova e ausentes indícios concretos que possam desaboná-lo.

- Recomenda-se a máxima cautela em acolher a embriaguez, como fundamento da absolvição, quando o agente o faz voluntariamente (art. 28, II, do CP), para que não se conceda irrestrito abrigo a condutas criminosas praticadas sob o efeito do consumo imoderado de bebida alcoólica. (TJMG - Apelação Criminal nº [1.0473.17.002747-7/001](#), Rel. Des. Júlio Cezar Gutierrez, 4ª Câmara Criminal, j. em 31/7/2019, p. em 7/8/2019).



## Supremo Tribunal Federal

### Plenário

#### Direito constitucional - Ordem social

##### Recolhimento compulsório de crianças e direito de ir e vir

O Plenário julgou improcedente pedido formulado em ação direta de inconstitucionalidade em que se impugnavam os arts. 16, I; 105; 122, II e III; 136, I; 138; e 230 da Lei 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O Tribunal afirmou que as normas impugnadas devem ser analisadas à luz do que preveem os arts. 5º, *caput* e incisos XXXV, LIV, LXI, e 227 da CF.

As referidas normas possuem íntima ligação com regras da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH), da Convenção sobre os Direitos da Criança, das Regras de Pequim para a Administração da Justiça de Menores e da Convenção Americana de Direitos Humanos.

[...] [ADI 3446/DF](#), Rel. Min. Gilmar Mendes, j. em 7 e 8/8/2019. (Fonte - Informativo 946 - STF).

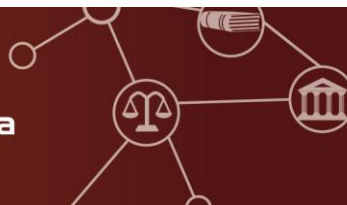
#### Direito administrativo - Fundação pública

##### Art. 19 do ADCT e fundação pública de natureza privada

A qualificação de uma fundação instituída pelo Estado como sujeita ao regime público ou privado depende (i) do estatuto de sua criação ou autorização e (ii) das atividades por ela prestadas. As atividades de conteúdo econômico e as passíveis de delegação, quando definidas como objetos de dada fundação, ainda que essa seja instituída ou mantida pelo Poder Público, podem se submeter ao regime jurídico de direito privado.

A estabilidade especial do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) não se estende aos empregados das fundações públicas de direito privado, aplicando-se tão somente aos servidores das pessoas jurídicas de direito público.

[...] [RE 716378/SP](#), Rel. Min. Dias Toffoli, j. em 1º e 7/8/2019. (Fonte - Informativo 946 - STF).



## Superior Tribunal de Justiça

### Recursos Repetitivos

#### Primeira Seção

##### Direito administrativo - Direito processual civil

[Mandado de Segurança - Anistia política - Correção monetária - Juros moratórios - Cabimento - Consectários legais - Alinhamento ao novo entendimento do STF](#)

É devida a incidência de correção monetária e juros moratórios em ação mandamental para pagamento de retroativos devidos àqueles declarados anistiados políticos, independentemente de decisão expressa nesse sentido.

O Supremo Tribunal Federal, em 17 de novembro de 2016, firmou tese em repercussão geral, no bojo do RE 553.710/DF, a favor do pagamento dos retroativos garantidos aos anistiados políticos. No julgamento dos embargos de declaração opostos no julgado mencionado, o Supremo Tribunal Federal, quanto à correção monetária e juros de mora, fixou o entendimento de que é devido o seu pagamento, mesmo em sede mandamental, pois configuram consectários legais. É o que se depreende do seguinte trecho da ementa: "Embargos de declaração no recurso extraordinário. Decisão condenatória. Silêncio quanto à incidência dos consectários legais. Embargos de declaração acolhidos para se prestarem esclarecimentos. (...) 3. Os juros de mora e a correção monetária constituem consectários legais da condenação, de modo que incidem independentemente de expresse pronunciamento judicial. 4. Embargos de declaração acolhidos apenas para esclarecer que os valores retroativos previstos nas portarias de anistia deverão ser acrescidos de juros moratórios e de correção monetária". Seguindo a orientação dada pelo Supremo Tribunal Federal, a Primeira Seção desta Corte de Justiça, nos autos dos Mandados de Segurança n. 21.975/DF, 21.999/DF e 22.221/DF, de relatoria do Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgados em 10/4/2019, firmou compreensão de que os juros moratórios e correção monetária devem incidir sobre os valores a serem pagos retroativamente em virtude da condição de anistiado político.

[AqInt no MS 24.212-DF](#), Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, por unanimidade, j. em 26/6/2019, DJe de 1º/8/2019. (Fonte - *Informativo* 652 - Publicação: 16/8/2019).

##### Direito tributário

[Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ. Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL. Base de cálculo. Inclusão do crédito presumido de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI - Possibilidade](#)

O crédito presumido de IPI previsto no art. 1º da Lei n. 9.363/1996 integra a base



de cálculo do IRPJ e da CSLL.

O acórdão embargado reconheceu que "a inclusão de valores relativos a créditos fictos de IPI na base de cálculo do IRPJ e da CSLL teria o condão de esvaziar, ou quase, a utilidade do instituto [...] cuidando-se de interpretação que, por subverter a própria norma-objeto, deve ser afastada em prol da sistematicidade do ordenamento jurídico." Por seu turno, o acórdão paradigma compreendeu que o crédito presumido de IPI previsto no art. 1º da Lei nº 9.363/1996 integra a base de cálculo do IRPJ e da CSLL, pois todo benefício fiscal, relativo a qualquer tributo, ao diminuir a carga tributária, acaba, indiretamente, majorando o lucro da empresa e, conseqüentemente, impactando na base de cálculo do imposto de renda, sobretudo à consideração de que, nessas situações, referido imposto está incidindo sobre o lucro da empresa, que é, direta ou indiretamente, influenciado por todas as receitas, créditos, benefícios, despesas etc. A divergência é evidente e deve ser resolvida adotando-se o entendimento firmado no acórdão paradigma. Registre-se, no entanto, que o crédito presumido pode ser excluído da base de cálculo do IRPJ apurado pelo regime do lucro presumido quando o contribuinte comprovar que se refira a período no qual tenha se submetido ao regime de tributação pelo lucro presumido ou arbitrado ou, caso sujeito ao regime do lucro real, não tenha sido feita a dedução (arts. 53 da Lei n. 9.430/1996 e 521, § 3º, do RIR/1999).

[REsp 1.210.941-RS](#), Rel. Min. Og Fernandes, Primeira Seção, por unanimidade, j. em 22/5/2019, *DJe* de 1º/8/2019. (Fonte - *Informativo* 652 - Publicação: 16/8/2019).

**Este boletim é uma publicação da Gerência de Jurisprudência e Publicações Técnicas, elaborado pela Coordenação de Jurisprudência. Sugestões podem ser encaminhadas para [coind@tjmg.jus.br](mailto:coind@tjmg.jus.br).**

#### **Recebimento por e-mail**

**Para receber o *Boletim de Jurisprudência* por meio eletrônico, envie e-mail para [cadastro-bje@lista.tjmg.jus.br](mailto:cadastro-bje@lista.tjmg.jus.br), e o sistema remeterá uma mensagem de confirmação.**

#### **Edições anteriores**

**Clique [aqui](#) para acessar as edições anteriores do *Boletim de Jurisprudência* disponibilizadas na Biblioteca Digital do TJMG.**

